



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



COMISSÃO NO ÂMBITO DO CCT/UFMG PARA APURAR OS ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR

MEMBROS DA COMISSÃO:

EDSON DE ANDRADE ARAÚJO (UAEPETRO)

GILBERTO DA SILVA MATOS (UAEST)

LAÉRCIO GOMES DE OLIVEIRA (UAEQ)

LUIZ ANTÔNIO DA SILVA MEDEIROS (UAMAT)

VIMÁRIO SIMÕES SILVA (UAEQ)

GUSTAVO ANDRÉ FALCÃO PEIXOTO (JORNALISTA)

PORTARIA SEI Nº 17 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025

CAMPINA GRANDE, PARAÍBA, BRASIL

RESUMO

A evasão acadêmica tem se configurado como um desafio relevante para as instituições federais de ensino superior, com impactos diretos na ocupação de vagas, na permanência estudantil e na eficiência da oferta educacional. No âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), especialmente no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), observa-se nos últimos anos a intensificação desse fenômeno, associada à redução do número de ingressantes e ao aumento de vagas não ocupadas. O presente relatório teve como objetivo analisar os indicadores institucionais de evasão, retenção e ingresso no CCT/UFCG, visando identificar tendências, apontar situações críticas e subsidiar a proposição de ações voltadas à redução da evasão e ao fortalecimento da permanência estudantil. A metodologia adotada baseou-se na coleta e análise de dados públicos disponibilizados pela UFCG, abrangendo informações referentes a matrículas, ingressos, trancamentos, evasão, conclusão de cursos e ocupação de vagas ao longo dos últimos 15 anos. Os dados foram organizados e tratados por meio de análises estatísticas descritivas, possibilitando a identificação de padrões temporais e comparações entre períodos e cursos. Entre os principais resultados, destacam-se os elevados índices de vagas ociosas nos cursos do CCT, indicando desequilíbrio entre a oferta e a demanda efetiva por ingresso, bem como a redução significativa da adesão ao ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU) em comparação com anos anteriores. Esses fatores foram acompanhados por aumento de trancamentos e diminuição do número de estudantes ativos. Conclui-se que a evasão no CCT/UFCG demanda ações institucionais contínuas de monitoramento, aprimoramento dos processos de ingresso, fortalecimento das políticas de permanência estudantil e uso sistemático de indicadores para o planejamento acadêmico, de modo a ampliar a ocupação de vagas e reduzir os impactos da evasão.

Palavras-chave: evasão acadêmica, indicadores estudantis, vagas ociosas.

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	OBJETIVOS GERAIS.....	4
2.1	Objetivos Específicos	4
3	JUSTIFICATIVA/CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	5
4	FONTE DOS DADOS.....	9
5	CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA (CCT/UFCG)	12
6	SUGESTÕES - COMISSÃO	25
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

Lista de Figuras

Figura 1 - Estatísticas Gerais da UFCG segundo o Censo da Educação Superior no Brasil. Fonte: Dados de 2010 a 2024 - Painel do BI do Censo da Educação Superior.	2
Figura 2 - Dados da PRE/UFCG - Quantidade de evadidos por curso – 2024.	10
Figura 3 - Recorte da página de relatórios da PRE/UFC – vaga ociosas por curso..	11

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - número de discentes e o total acumulado de vagas ofertadas em 16 anos.	14
Gráfico 2 - Vagas não preenchidas (cor laranja) ao longo dos anos no curso.	16
Gráfico 3 - Vagas não preenchidas (cor laranja) ao longo dos anos no curso.	16
Gráfico 4 - Série histórica do total de inscritos e das inscrições confirmadas no ENEM.	17
Gráfico 5 - Número de ingressantes (cor verde) ao longo dos anos no curso.	18
Gráfico 6 - Formas de ingresso no curso ao longo dos anos.....	19
Gráfico 7- número de graduados (cor vermelha) ao longo dos anos na UAEPetro. .	21
Gráfico 8 - Diferentes formas de desligamento do curso.	22
Gráfico 9 - Vagas ociosas no curso de Engenharia de Petróleo ao longo dos anos.	23

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de vagas ofertadas pelo CCT/UFCG.	13
--	----

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi criada em 09 de abril de 2002, por meio da Lei nº 10.419, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desde sua origem, a UFCG passou a assumir papel estratégico na formação acadêmica e no desenvolvimento regional, mantendo a tradição de excelência dos cursos de base tecnológica e científica já consolidados na região.

Seu modelo multicampi permitiu atender demandas educacionais de municípios que historicamente possuíam menor oferta de ensino superior público e ampliar oportunidades de formação e qualificação profissional fora das capitais, reduzindo a migração estudantil para outros estados. Dessa forma, a universidade consolidou-se como instrumento de desenvolvimento regional e inclusão educacional. Seu impacto extrapola o campo acadêmico, influenciando aspectos sociais, culturais e econômicos.

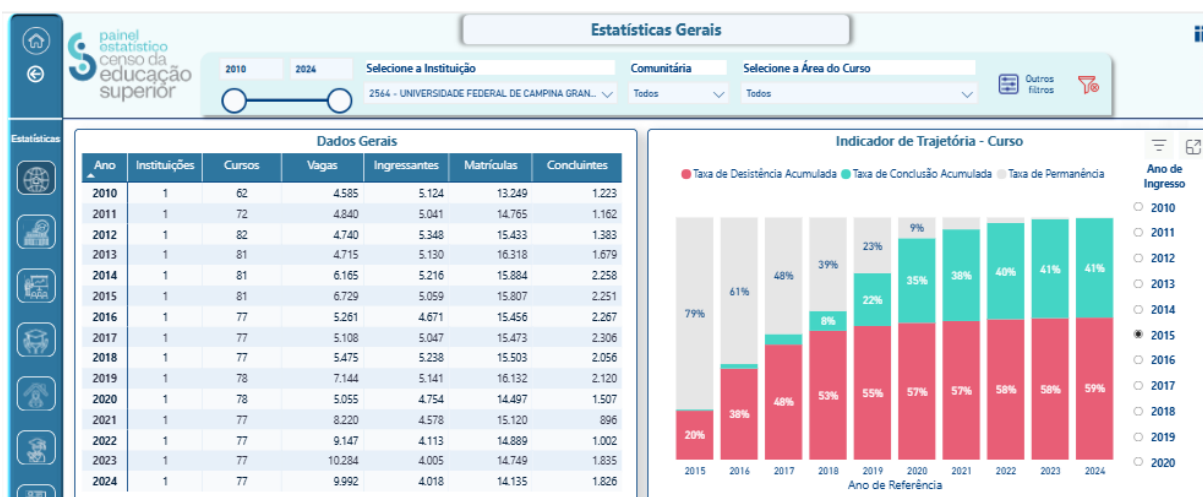
Com o avanço das políticas de expansão do ensino superior, a UFCG ampliou progressivamente sua estrutura e sua capacidade de atendimento. Desde sua fundação, a universidade foi estruturada como IFES multicampi, com centros inicialmente instalados em Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa. Posteriormente, foram implantados novos campi em Cuité, Pombal e Sumé, totalizando sete campi, com a Reitoria sediada em Campina Grande. Esse crescimento institucional esteve alinhado a iniciativas nacionais de ampliação de vagas e fortalecimento das universidades federais, especialmente no período de implementação do REUNI.

Esse processo de expansão também pode ser observado diretamente no aumento do número de vagas ofertadas ao longo do tempo. No Vestibular de 2008, a UFCG disponibilizou 2.865 vagas, refletindo o momento inicial de consolidação da estrutura multicampi. Com a reorganização dos processos seletivos e a adoção de políticas nacionais de ingresso, a universidade passou a integrar o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Em 2026, a UFCG ofertou 4.685 vagas, evidenciando crescimento expressivo na capacidade de acesso à graduação. Esse aumento representa não apenas ampliação numérica, mas também diversificação de áreas de

formação e presença em diferentes regiões. Contudo, o aumento das vagas trouxe também desafios relacionados à permanência e à conclusão dos cursos.

Apesar da ampliação de oportunidades, observa-se um cenário preocupante de redução do vínculo acadêmico em diferentes cursos, expresso por evasão, trancamentos e redução das matrículas efetivadas. Além disso, tem sido percebida queda no número de inscritos para ingresso na instituição (Figura 1), principalmente após a adesão ao SiSU, em meados de 2014–2025, o que sinaliza alterações no interesse pela UFCG, que acaba sendo um cenário similar a diferentes instituições do país. Em muitos cursos, essa realidade se manifesta em turmas com baixo número de alunos em sala, dificuldades de continuidade e aumento de retenção. Esse fenômeno provoca impactos diretos no aproveitamento de vagas, no planejamento acadêmico e na utilização dos recursos institucionais. Tais indicadores exigem análise cuidadosa, pois não se trata apenas de uma questão individual do discente, mas de um problema com múltiplas causas. Assim, a evasão e seus efeitos passam a exigir monitoramento e intervenções institucionais.

Figura 1 - Estatísticas Gerais da UFCG segundo o Censo da Educação Superior no Brasil. Fonte: Dados de 2010 a 2024 - Painel do BI do Censo da Educação Superior.



Esse cenário tem sido identificado em diversas instituições no Brasil, afetando tanto o ensino superior público quanto o privado. Ao mesmo tempo, a ampliação de modalidades de oferta, como a educação a distância, e a diversificação institucional alteraram as escolhas acadêmicas e as condições de permanência. A evasão, portanto, deve ser entendida como um fenômeno multidimensional, associado a fatores acadêmicos, socioeconômicos e institucionais. Diante disso, torna-se

necessário conciliar expansão com qualidade e permanência, fortalecendo também ações de extensão que aproximem a universidade da realidade social. Assim, instrumentos institucionais de monitoramento e enfrentamento da evasão tornam-se indispensáveis.

Paralelamente, fenômenos contemporâneos têm influenciado de forma significativa o comportamento estudantil e as relações com o ensino superior. A pandemia de COVID-19 provocou impactos acadêmicos e emocionais duradouros, alterando rotinas, ampliando desigualdades e afetando a aprendizagem. Além disso, o avanço do mundo digital e o maior acesso às redes sociais transformaram expectativas e projetos de vida, inclusive com o fortalecimento do ideal de ascensão rápida por meio de visibilidade online, como no caso dos influenciadores digitais. Esses elementos podem contribuir para mudanças na percepção do valor da formação universitária, sobretudo em trajetórias de longo prazo. Somam-se a isso questões institucionais, como desafios de infraestrutura, assistência estudantil e condições de permanência. Nesse cenário, compreender a evasão exige considerar tanto fatores internos à universidade quanto transformações sociais mais amplas. Por isso, a análise precisa ser orientada por dados e pela realidade concreta dos cursos.

Diante dessa conjuntura, foi constituída uma comissão com o objetivo principal de analisar estatisticamente a evasão escolar no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da UFCG e identificar possíveis fatores associados ao problema. Busca-se levantar e interpretar os índices institucionais dos últimos 15 anos, observando os dados disponibilizados na página da instituição. Esse trabalho visa subsidiar a proposição de ações e políticas voltadas à redução da evasão, ao aumento do número de matrículas e ao fortalecimento da permanência estudantil. Espera-se, ainda, sugerir ações a serem tomadas de acordo com os achados levantados. Ao final, será elaborado um relatório com diagnósticos e recomendações para orientar decisões da administração do CCT e da UFCG.

2 OBJETIVOS GERAIS

Analisar estatisticamente a evasão escolar no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e identificar possíveis fatores associados, visando propor medidas para sua redução e fortalecimento da permanência estudantil.

2.1 Objetivos Específicos

- a. Levantar e analisar os índices de ocupação de vagas dos cursos do CCT nos últimos 15 anos (2010 a 2024).
- b. Identificar os principais fatores que contribuem para a evasão escolar, considerando aspectos acadêmicos, socioeconômicos e institucionais.
- c. Propor ações e políticas para minimizar a evasão e promover a permanência estudantil.
- d. Sugerir melhorias na estrutura curricular e nos serviços de apoio ao estudante com base nos achados da comissão.
- e. Elaborar um relatório final com diagnósticos e recomendações para a administração do CCT e da UFCG.

3 JUSTIFICATIVA/CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A formação das universidades no Brasil ocorreu de maneira tardia e foi marcada por disputas políticas e institucionais. Após tentativas estaduais (Manaus, São Paulo e Paraná), em 1920 foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 14.343, reunindo a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito. Entretanto, as unidades permaneceram funcionando de forma isolada, com caráter elitista e pouca integração acadêmica, voltadas mais ao ensino do que à pesquisa.

No governo Vargas, o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), aprovado pelo Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, buscou organizar o sistema ao definir estruturas e critérios de funcionamento. Além disso, destacam-se a tentativa de integrar faculdades que atuavam como “ilhas” e o fortalecimento das faculdades de Educação para formação docente (Fávero, 2006; Oliven, 2002). Nesse período, surgiram modelos distintos: em 1934, o Decreto nº 6.283/34 criou a Universidade de São Paulo (USP), reunindo faculdades tradicionais e impulsionando a pesquisa por meio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da atuação de professores estrangeiros (Oliven, 2002). Em 1935, Anísio Teixeira fundou a Universidade do Distrito Federal (UDF), voltada à produção científica e à renovação cultural, mas extinta em 1939 (Decreto nº 1.063), com seus cursos transferidos para outra instituição (Fávero, 2006).

No período da Nova República, destaca-se a criação de 22 universidades federais, ao mesmo tempo em que surgiram universidades religiosas, em um contexto marcado pela expressiva expansão das matrículas e pelo fortalecimento da organização estudantil, destacando-se a criação em 1938 da UNE (União Nacional dos Estudantes) (Oliven, 2002). Na década de 1950, o ensino superior brasileiro entrou em uma nova fase de expansão, sobretudo pela ampliação da rede federal por meio da “federalização” de instituições estaduais e privadas (Saviani, 2004). Em meio ao avanço industrial e econômico do país, tornou-se mais evidente a precariedade estrutural das universidades, o que intensificou, a partir da segunda metade da década, os debates sobre reorganização educacional e sobre o projeto da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marcado pela disputa entre escola pública e privada (Fávero, 2006).

Com o golpe militar de 1964, as universidades passaram a sofrer intervenção direta do Estado, com repressão a estudantes e professores e afastamentos docentes, especialmente na Universidade de Brasília. Paralelamente, o regime promoveu reestruturações administrativas e acadêmicas: em 1966, através de decreto de Lei foi definido novas regras para as universidades federais, reforçando a unidade entre ensino e pesquisa, evitando duplicações e determinando a criação de unidades voltadas à formação docente, entre outras medidas (Cunha, 2000).

Em 1968, a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) introduziu outras mudanças, como a criação de departamentos, sistema de créditos, ciclo básico, vestibular classificatório e cursos de curta duração, além de consolidar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Oliven, 2002). A partir desse período, intensificou-se a expansão do ensino superior privado, sobretudo fora dos grandes centros, e em 1980 as instituições privadas já concentravam a maior parte das matrículas, com perfil predominantemente voltado ao ensino (Oliven, 2002).

A partir da década de 1980, consolidou-se no Brasil a distinção entre universidades de pesquisa e instituições voltadas predominantemente ao ensino, movimento reforçado em 1986 pelo GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) e normatizado pela LDB (Lei nº 9.394/1996) e pelo Decreto nº 2.306/1997, que diferenciou universidades e centros universitários, estes sem exigência de pesquisa, como estratégia de expansão do sistema com menores custos (Saviani et al., 2004; Saviani, 2009).

Em 1988, a Constituição Federal garantiu autonomia universitária, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e gratuidade nas instituições públicas, impulsionando a demanda por expansão de vagas, especialmente no setor público (Saviani et al., 2004). A partir de 1995 ocorreu a segunda grande expansão do ensino superior, com diversificação institucional e crescimento do setor privado, enquanto o financiamento público foi reduzido, impactando a participação das matrículas nas instituições públicas.

Segundo Roquete de Macedo et al. (2005), em meados dos anos 1990 o setor público concentrava cerca de 42% das matrículas, mas, nos anos iniciais do século XXI, passou a menos de 30%; no segmento federal, caiu de 20,8% (1995) para 14,6% (2003). Paralelamente, houve rápida expansão dos centros universitários: em 1999, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) registrava 39 unidades (6,8% das matrículas), número que passou para 81 em 2003, somando 501.108 matrículas (12,9% do total).

Em 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB nº 9.394 — reconfigurou a organização do ensino superior no Brasil ao redefinir a classificação das Instituições de Ensino Superior (IES) segundo critérios como natureza acadêmica e dependência administrativa, detalhados por decretos posteriores (Neves, 2002). A legislação ampliou e diversificou os modelos institucionais, incluindo universidades especializadas e centros universitários, além de introduzir novas modalidades de cursos e programas, como cursos sequenciais, mestrados profissionais e a regulamentação da educação a distância (Neves, 2002).

Diante das transformações ocorridas no ensino superior brasileiro — especialmente a ampliação e reorganização institucional e a intensificação das políticas de expansão e interiorização, impulsionadas após a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996 — a criação de novas universidades federais e a reestruturação de instituições já existentes passaram a desempenhar papel estratégico na ampliação do acesso e no fortalecimento da presença do Estado em regiões historicamente menos atendidas. Nesse contexto, em 09 de abril de 2002, por meio da Lei nº 10.419, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), resultante do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Em seguida, no cenário de democratização do acesso ao ensino superior público, o Governo Federal instituiu, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril, como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) no mesmo período. O programa teve como objetivo central ampliar significativamente a oferta de vagas,

mediante reestruturação e expansão das universidades federais, buscando atender à crescente demanda por formação em nível superior.

Desde sua origem, a UFCG foi estruturada como Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) de caráter multicampi, com centros inicialmente instalados em Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa. Posteriormente, com o avanço do processo de expansão, foram implantados novos campi em Cuité, Pombal e Sumé, totalizando sete campi, com a Reitoria sediada em Campina Grande, consolidando-se como referência acadêmica no interior do Nordeste. Esse processo de crescimento também pode ser observado na ampliação da oferta de vagas: no Vestibular de 2008 foram disponibilizadas 2.865 vagas, enquanto no SiSU 2026 a UFCG passou a ofertar 4.685 vagas distribuídas em 92 cursos.

Historicamente, as universidades brasileiras têm demonstrado grande capacidade de superar adversidades e exercer papel central no desenvolvimento social, científico e econômico do país, expandindo-se para territórios antes considerados improváveis por meio de políticas de interiorização e descentralização, o que ampliou significativamente a oferta de vagas e o acesso ao ensino superior. Contudo, esse processo ocorre em paralelo a mudanças profundas no cenário contemporâneo — como o avanço tecnológico e a intensificação do uso das redes sociais, os impactos estruturais da pandemia de COVID-19 e transformações culturais associadas às novas gerações, cada vez mais atraídas por trajetórias profissionais imediatas e pela lógica da visibilidade digital. Nesse contexto, tem-se observado a redução do número de matrículas efetivadas e o enfraquecimento do vínculo acadêmico em diversas instituições, públicas e privadas, refletindo-se em indicadores crescentes de evasão, retenção, trancamento e dificuldades de permanência estudantil. Diante disso, justifica-se a relevância deste estudo, que tem como foco analisar os índices institucionais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), identificar possíveis fatores associados ao afastamento discente e examinar as fontes de informação disponíveis na instituição, visando contribuir para a compreensão do fenômeno e subsidiar estratégias mais efetivas de acompanhamento acadêmico e permanência no ensino superior.

4 FONTE DOS DADOS

A análise apresentada neste relatório utilizou exclusivamente os dados disponibilizados na página de **Dados Abertos da Pró-Reitoria de Ensino (PRE/UFMG)**. Esse repositório reúne informações oficiais sobre ingressantes, alunos ativos, desligamentos, vagas ofertadas, forma de ingresso e indicadores institucionais historicamente compilados pela universidade. O conjunto de dados é disponibilizado em diferentes categorias e permite acessar informações como:

- quantidade anual de alunos ativos por curso;
- número de ingressantes por período e forma de ingresso;
- quantidade de graduados por período;
- quantidade de evadidos por curso;
- vagas ociosas por período.
- Entre outras

Embora abrangente, o repositório apresentou inconsistências que exigiram tratamento manual para garantir a confiabilidade da análise. Assim, os dados foram revisados individualmente e reorganizados antes da elaboração das conclusões deste relatório.

Inconsistências identificadas nos dados

Durante a revisão, foram identificadas inconsistências relevantes de classificação. Como, os discentes **graduados** apareciam simultaneamente registrados como **evadidos**, distorcendo indicadores e comprometendo a interpretação do fluxo acadêmico (Figura 2). Devido a essa inconsistência, optou-se por reajustar algumas informações nas publicadas pela PRE.

Figura 2 - Dados da PRE/UFMG - Quantidade de evadidos por curso – 2024.

		2022.1	2022.2	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2
1102100 - ENGENHARIA MECÂNICA - D (Campus Grande)	CANCELADO 3 REPROV/MESMA DISCIPLINA	0	1	4	0	0	0
	CANCELADO NOVO INGRESSO MESMO CURSO	0	1	1	3	3	0
	CANCELADO NOVO INGRESSO OUTRO CURSO	0	0	0	3	4	1
	CANCELADO REPROVOU TODAS POR FALTAS	0	0	2	3	1	0
	CANCELAMENTO DE MATRÍCULA	0	0	1	0	2	0
	CANCELAMENTO P/ MUDANÇA CURSO	0	2	2	0	1	0
	CANCELAMENTO P/ SOLICITAÇÃO ALUNO	10	10	2	14	2	2
	CANCELAMENTO POR ABANDONO	24	10	0	10	14	13
	GRADUADO	10	0	11	13	0	13
	GRADUADO - DECISÃO JUDICIAL	0	0	1	0	0	0
Total	44	33	32	53	43	39	
1102100 - ENGENHARIA QUÍMICA - D (Campus Grande)	CANCELADO 3 REPROV/MESMA DISCIPLINA	0	2	0	0	0	0
	CANCELADO NOVO INGRESSO MESMO CURSO	2	2	13	0	20	0
	CANCELADO NOVO INGRESSO OUTRO CURSO	0	0	1	0	4	0
	CANCELADO REPROVOU TODAS POR FALTAS	0	0	2	0	0	1
	CANCELAMENTO DE MATRÍCULA	0	0	0	0	1	0
	CANCELAMENTO P/ MUDANÇA CURSO	0	0	0	0	1	0
	CANCELAMENTO P/ SOLICITAÇÃO ALUNO	4	2	0	2	4	0
	CANCELAMENTO POR ABANDONO	0	19	9	12	13	10
	GRADUADO	6	11	17	13	14	4
	Total	20	36	42	33	67	23
1103100 - ESTATÍSTICA - D (Campus Grande)	CANCELADO 3 REPROV/MESMA DISCIPLINA	1	3	3	4	4	0
	CANCELADO NOVO INGRESSO MESMO CURSO	1	0	0	0	2	0
	CANCELADO NOVO INGRESSO OUTRO CURSO	1	1	0	0	0	0
	CANCELADO REPROVOU TODAS POR FALTAS	0	0	3	4	0	0
	CANCELAMENTO P/ SOLICITAÇÃO ALUNO	2	0	1	0	2	0
	CANCELAMENTO POR ABANDONO	1	11	4	4	2	2
	Total	7	15	10	10	8	2

Dessa forma, optou-se por uma **reclassificação manual** das formas de desligamento, separando adequadamente:

- Graduados
- Formas de Evasão - abandono, cancelamento de matrícula, desligamento por decisão judicial, solicitação formal do aluno, mudança de curso, reprovação por três vezes ou por faltas, transferências para outras instituições e novo ingresso no mesmo curso.

A **diferença entre “evadido” e “graduado”** é fundamental para a correta interpretação dos indicadores acadêmicos:

- **Graduado** refere-se ao estudante que **concluiu integralmente o curso**, cumprindo todos os créditos e requisitos curriculares, tendo sido formalmente aprovado para obtenção do diploma. Trata-se, portanto, de um **resultado desejado e positivo**, representando a trajetória acadêmica concluída conforme planejado.
- **Evadido**, por outro lado, designa o estudante que **interrompeu o vínculo com o curso** antes da conclusão, independentemente da forma: abandono, cancelamento voluntário, mudança de curso, reprovação por faltas ou outros

motivos institucionais. A evasão é um **indicador crítico**, utilizado para diagnóstico de permanência, avaliação de políticas institucionais e monitoramento da eficiência acadêmica.

Essas duas categorias são mutuamente excludentes. Um estudante graduado **não pode** ser considerado evadido, pois sua trajetória acadêmica foi completada com sucesso. A inclusão de graduados dentro do conjunto de evadidos altera significativamente a leitura dos dados, podendo **inflar artificialmente a taxa de evasão e comprometer análises comparativas entre cursos, períodos e centros**.

Destaca-se ainda que **não foi possível calcular a Taxa de Sucesso**, uma vez que a PRE não apresenta definição, fórmula ou diretriz metodológica que permita sua determinação de maneira padronizada.

Outro ponto de destaque identificado durante a análise dos dados referiu-se ao relatório de **“Vagas ociosas por curso”** (Figura 3). Ao consultar esse documento, observou-se a presença de valores extremamente elevados de vagas ociosas atribuídas a diversos cursos, números que se mostravam **incompatíveis com a realidade acadêmica conhecida** nas unidades avaliadas.

Figura 3 - Recorte da página de relatórios da PRE/UFC – vaga ociosas por curso.

Curso	Campus	Alunos ativos	Vagas 1º semestre	Vagas 2º semestre	Ano	Duração período	Fator de seleção	Vagas ociosas
ESTATÍSTICA - E	Campina Grande	35	30	0	Ciências Exatas - Matemática e Estatística	4	0,1325	525
FARMÁCIA - D	Cuité	165	45	45	Atenção Farmácia	5	0,0660	714
FILOSOFIA (BAC) - N	Campina Grande	15	20	0	Ciências Humanas	4	0,1000	75
FILOSOFIA (LIC) - N	Campina Grande	20	20	0	Ciências Humanas	4	0,1000	60
FÍSICA (BAC) - D	Campina Grande	12	30	0	Ciências Exatas e da Terra	4	0,1325	79
FÍSICA (LIC) - D	Campina Grande	11	20	0	Ciências Exatas e da Terra	4	0,1325	80
FÍSICA (LIC) - D	Cuité	22	30	0	Ciências Exatas e da Terra	4	0,1325	114

Em alguns casos, a quantidade de vagas ociosas ultrapassava, de forma desproporcional, o total de alunos ativos ou mesmo a capacidade real de ingresso dos cursos. Esses resultados chamaram atenção porque, na prática institucional, a noção de “vaga ociosa” costuma estar associada à diferença entre o número de vagas ofertadas e o número de vagas efetivamente ocupadas por estudantes matriculados. No entanto, o relatório analisado parecia utilizar uma metodologia distinta,

possivelmente baseada em cálculos automatizados. Essa combinação pode ter gerado superestimativas artificiais, produzindo valores que não refletiam fielmente o cenário observado pelos cursos, pelos colegiados e pelas coordenações. Diante desses pontos, tornou-se evidente a necessidade de revisar os critérios e fórmulas empregados na geração do relatório, de modo a garantir que o indicador representasse de maneira fidedigna a ocupação real das vagas de cada curso. Além disso, a forma como os dados foram disponibilizados e apresentados suscita diversos questionamentos e abre margem para diferentes interpretações por parte da comunidade acadêmica. Nesse sentido, destaca-se a importância de maior clareza metodológica por parte da Pró-Reitoria de Ensino na explicitação dos critérios utilizados, assegurando transparência e melhor compreensão dos indicadores institucionais.

5 CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA (CCT/UFCG)

A UFCG tem origem na antiga Escola Politécnica da Paraíba (Poli), fundada em 1952 e incorporada à UFPB em 1973. Em 2002, com o desmembramento da UFPB, foi instituída a Universidade Federal de Campina Grande, estruturada como instituição multicampi. Atualmente, a UFCG conta com 11 centros de ensino distribuídos em sete campi.

Dentre esses centros, destaca-se o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), localizado no Campus Campina Grande, que abrange 12 cursos de graduação nas áreas de engenharias e ciências exatas. Em 2024, esses cursos ofertaram 480 vagas anuais, como pode ser observado na Tabela 1, configurando o CCT como um dos principais pólos científicos da instituição.

Tabela 1 - Número de vagas ofertadas pelo CCT/UFCG.

Unidade Acadêmica	Campus	2024.1	2024.2	Total
DESIGN	Campina Grande	30	30	60
ENGENHARIA DE MATERIAIS		60	0	60
ENGENHARIA DE PETRÓLEO		50	0	50
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO		40	0	40
ENGENHARIA MECÂNICA		40	40	80
ENGENHARIA QUÍMICA		60	0	60
ESTATÍSTICA		30	0	30
FÍSICA (Bacharelado)		20	0	20
FÍSICA (Licenciatura - D)		20	0	20
MATEMÁTICA (Bacharelado)		10	0	10
MATEMÁTICA (Licenciatura - D)		20	0	20
MATEMÁTICA (Licenciatura - N)		30	0	30
TOTAL		—	410	70

Entre os 12 cursos que compõem o Centro de Ciências e Tecnologia, o curso de **Engenharia de Petróleo** será objeto de uma **análise comparativa detalhada**, considerando seus indicadores específicos de ingresso, permanência e evasão ao longo dos últimos anos. Os demais cursos do CCT, embora igualmente relevantes, terão suas análises apresentadas de forma sintetizada e organizadas em **anexos**, permitindo ao leitor consultar individualmente os indicadores de cada curso sem comprometer a fluidez do relatório principal.

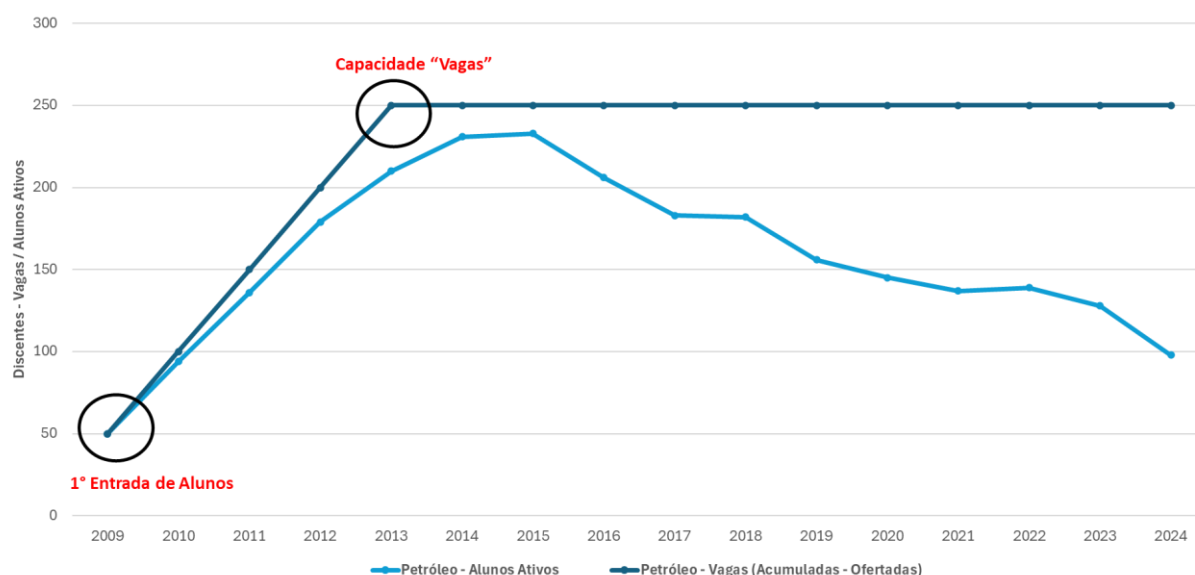
Unidade Acadêmica de Engenharia de Petróleo (UAEPetro)

O curso de Engenharia de Petróleo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi criado em 2008, no contexto da adesão da instituição ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Sua implementação está diretamente associada à consolidação do Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo (PRH-25/ANP), iniciado na UFCG em 2000, que reuniu docentes com experiência na área para estruturar um curso voltado à formação especializada em petróleo.

Inicialmente vinculado à Unidade Acadêmica de Engenharia Mecânica (UAEM/CCT), o curso recebeu sua primeira turma em 2009. Em 2017, com a criação da Unidade Acadêmica de Engenharia de Petróleo (UAEPetro), passou a integrar uma estrutura acadêmica própria dentro do Centro de Ciências e Tecnologia.

O curso conta com entrada anual de 50 alunos, ofertando vagas exclusivamente para o primeiro período letivo. O Gráfico 1 apresenta o número de discentes e o total acumulado de vagas ofertadas ao longo de 16 anos. Em alunos ativos, estão incluídos todos os estudantes que mantiveram vínculo com o curso em pelo menos um dos dois semestres do ano analisado. É importante destacar que a existência de vínculo não implica necessariamente em matrícula em disciplinas naquele período. Já o indicador de vagas acumuladas ofertadas corresponde ao somatório das vagas disponibilizadas pelo curso ao longo dos anos, representando sua capacidade de ingresso em cada período e sua evolução histórica.

Gráfico 1 - número de discentes e o total acumulado de vagas ofertadas em 16 anos.



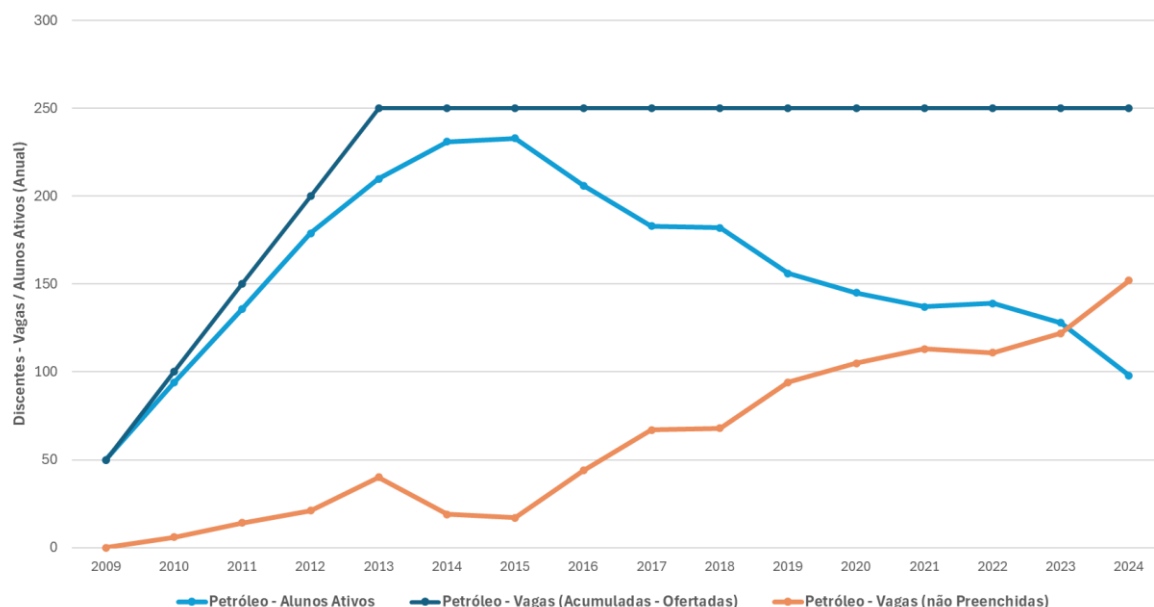
O Gráfico 1 mostra a evolução histórica do número de **alunos ativos** e das **vagas acumuladas ofertadas** pelo curso de Engenharia de Petróleo da UFCG ao longo de 16 anos, desde o ingresso da primeira turma em 2009 até 2024.

A linha em azul-escuro representa as vagas acumuladas ofertadas, que aumentam progressivamente até 2013, quando o curso atingiu a sua capacidade total de oferta, estabilizando-se em 250 vagas acumuladas. Esse comportamento é esperado, uma vez que o curso oferta **50 vagas anuais** e, após alguns anos de funcionamento, a soma dessas vagas tende a se estabilizar como um limite superior representativo da capacidade de entrada do curso ao longo do tempo. Assim, após 2013, a linha permanece constante, pois não se trata do número de vagas oferecidas por ano, mas sim do valor acumulado desde o início do curso — um indicador da **capacidade histórica de ingresso**.

A linha em azul claro representa o número de **alunos ativos**, que corresponde aos estudantes que mantiveram vínculo com o curso em pelo menos um dos semestres do ano analisado. Observa-se um crescimento contínuo desde 2009, atingindo seu pico entre 2014 e 2015, período em que o curso operou com elevados níveis de ocupação e se aproximou de sua capacidade máxima. A partir de 2016, porém, verifica-se uma redução progressiva e consistente no total de alunos ativos, chegando em 2024 a valores próximos de 100 discentes. Esse declínio reflete possíveis efeitos combinados, como aumento da evasão, redução na entrada efetiva de alunos em relação às vagas ofertadas, conclusão de turmas sem reposição proporcional e variações no interesse pelo curso ao longo dos anos. Assim, embora a capacidade de oferta de vagas se mantenha constante, o número de estudantes efetivamente presentes no curso diminuiu de forma significativa ao longo do período analisado.

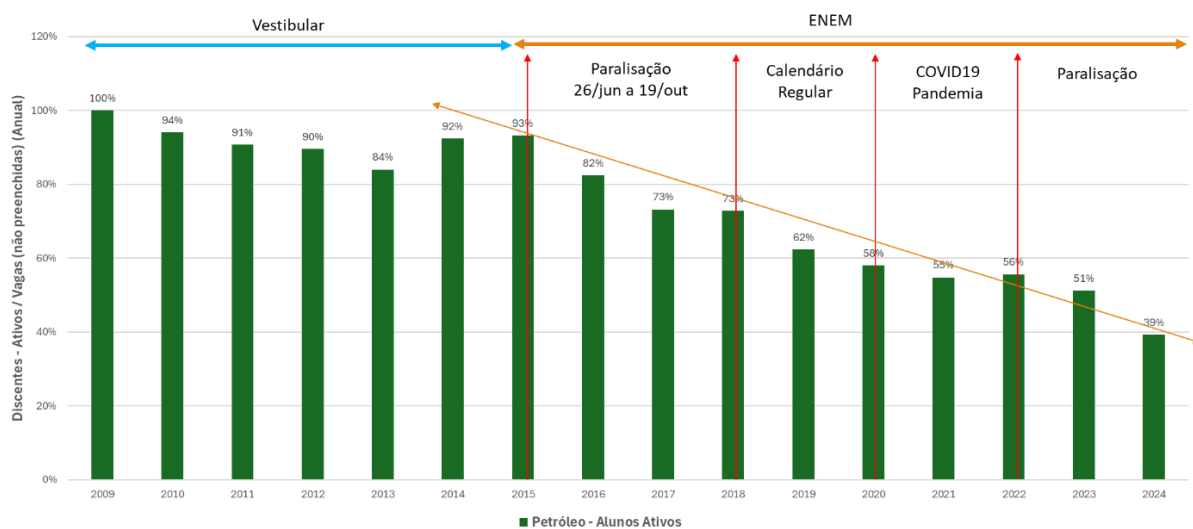
O Gráfico 2 apresenta a evolução das vagas não preenchidas ao longo dos anos, calculadas como a diferença entre o total, acumulado, de vagas ofertadas anualmente e o número de alunos ativos. Nos primeiros anos do curso, esses valores eram reduzidos, indicando elevada ocupação e boa adesão dos ingressantes. A partir de 2014, no entanto, observa-se um crescimento contínuo das vagas não preenchidas, diretamente relacionado ao declínio gradual do número de alunos ativos.

Gráfico 2 - Vagas não preenchidas (cor laranja) ao longo dos anos no curso.



No Gráfico 3, observa-se que até 2014 o curso mantinha elevados índices de ocupação, período em que o ingresso ainda ocorria por meio do vestibular. A partir de 2015, essa tendência se inverte de forma clara: o percentual de alunos ativos passa a diminuir progressivamente, enquanto o percentual de vagas não preenchidas cresce ano após ano, evidenciando a diminuição da ocupação real do curso.

Gráfico 3 - Vagas não preenchidas (cor laranja) ao longo dos anos no curso.

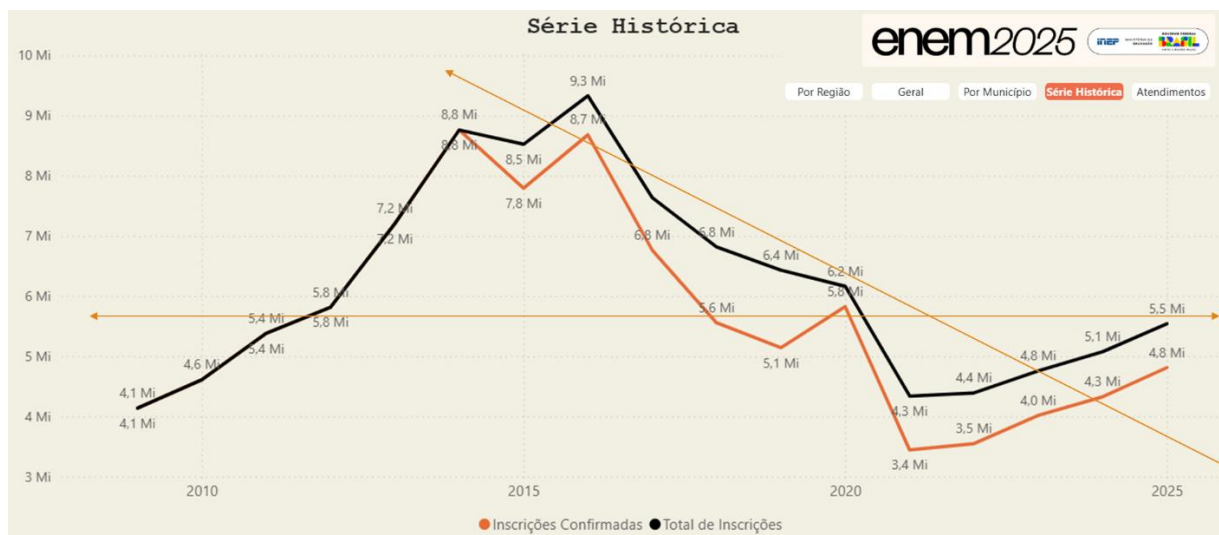


A queda observada pode estar associada a diversos fatores; contudo, as mudanças mais significativas dizem respeito à forma de ingresso. A substituição do

vestibular pelo ENEM/SISU, aliada às paralisações institucionais e aos efeitos da pandemia, alterou a dinâmica de entrada no curso e contribuiu para a redução do volume de novos estudantes a partir de 2015. Esse conjunto de fatores revela um descompasso crescente entre a capacidade ofertada e a demanda efetiva pelo curso de Engenharia de Petróleo, indicando que elementos externos e estruturais influenciaram tanto a atratividade quanto a permanência dos estudantes ao longo do período analisado.

O Gráfico 4 apresenta a série histórica do total de inscritos e das inscrições confirmadas no ENEM ao longo dos últimos anos. Observa-se um crescimento contínuo até aproximadamente 2014–2015, seguido de uma queda acentuada que se prolonga até 2020, com leve recuperação nos anos subsequentes. Ainda assim, o número de participantes em 2025 retorna a patamares semelhantes aos de 2011, evidenciando uma redução significativa no contingente nacional de estudantes que realizam o exame.

Gráfico 4 - Série histórica do total de inscritos e das inscrições confirmadas no ENEM.



Essa tendência ajuda a contextualizar a queda observada no curso de Engenharia de Petróleo da UFCG, sugerindo que parte da redução na ocupação do curso pode estar associada ao **menor volume de candidatos que prestam o ENEM**, principal meio de acesso às instituições federais após a adoção do SISU. A diminuição da base de candidatos ocorre em paralelo à expansão das vagas ofertadas no ensino

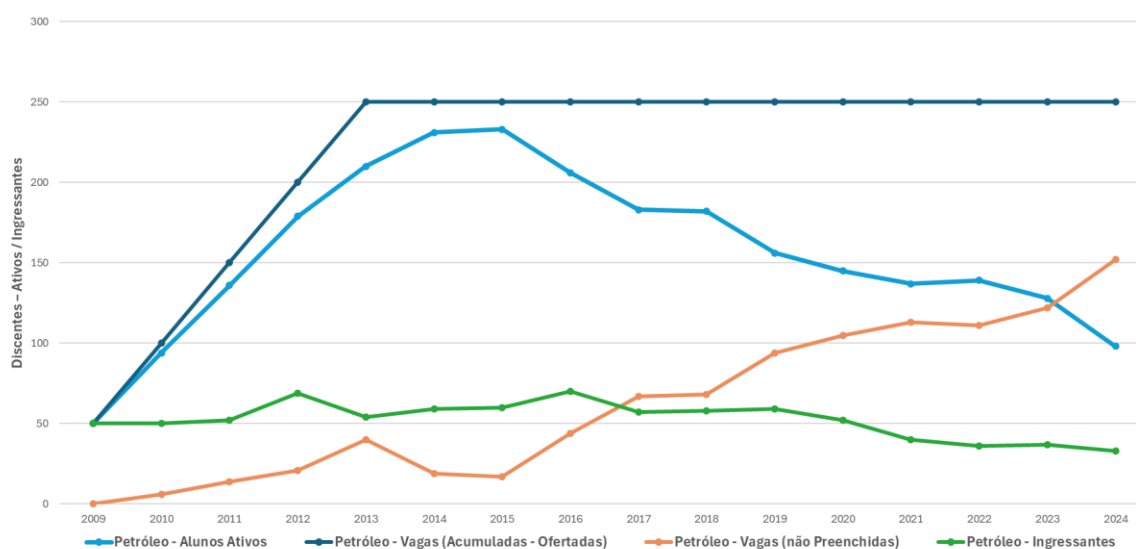
superior brasileiro ao longo da última década, o que intensifica a competição entre cursos e instituições.

Dessa forma, a queda no número de inscritos e confirmados do ENEM não apenas restringe o universo de potenciais ingressantes, como também pode contribuir para o aumento das vagas não preenchidas observadas nos cursos de engenharia. O cenário apresentado é preocupante, pois indica um descompasso entre a oferta crescente de vagas e a diminuição do número de estudantes aptos ou interessados em concorrer a elas.

A curva verde da

Gráfico 5 representa o número de ingressantes ao longo dos anos e mostra que, até aproximadamente 2015, esse quantitativo se mantinha relativamente próximo — e, em alguns momentos, até superior — ao número de vagas ofertadas pelo curso. Nos anos em que o valor ultrapassa a capacidade anual, esse comportamento pode ser atribuído à entrada de estudantes que realizavam nova seleção com o objetivo de “limpeza de currículo”, procedimento que, à época, implicava no cancelamento da matrícula anterior e na criação de um novo código de aluno, inflando artificialmente o total de ingressantes.

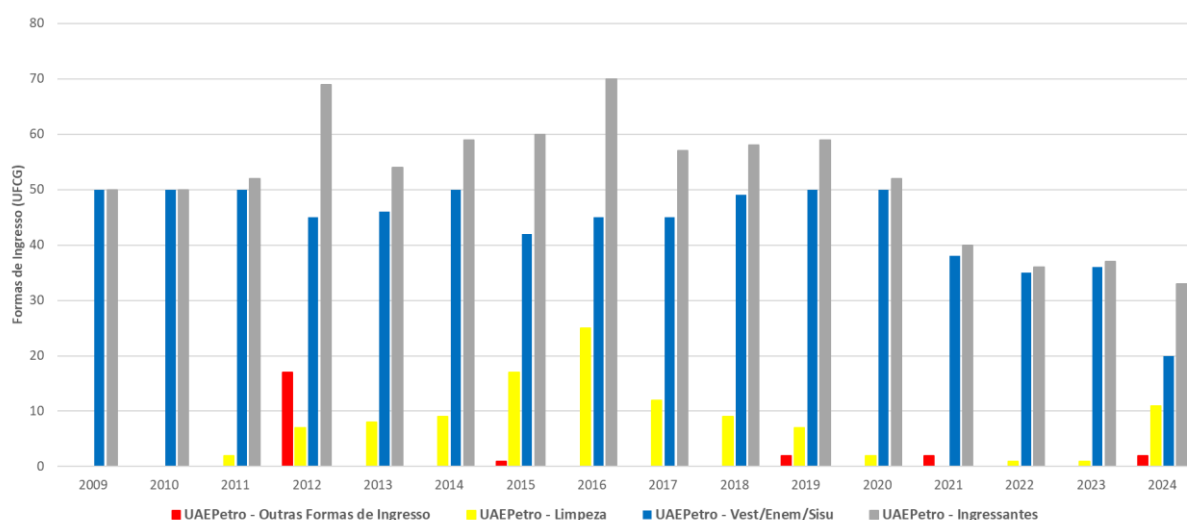
Gráfico 5 - Número de ingressantes (cor verde) ao longo dos anos no curso.



Em alguns casos, esse aumento também pode estar associado ao ingresso de estudantes graduados e às chamadas entradas derivadas, como a reopção de curso, que contribuíram para elevar o quantitativo registrado de ingressos além do número de vagas originalmente ofertadas. Após 2015, observa-se uma redução gradual no número de ingressantes, frequentemente abaixo da capacidade ofertada. Esse movimento tende a **mascarar a dimensão real da demanda**, pois, ao não alcançar a totalidade das vagas, torna-se mais difícil distinguir quantos dos ingressantes são de fato estudantes novos e quantos seriam reingressos sob procedimentos anteriores. Assim, os números deixam de refletir plenamente o perfil e o volume de novos alunos que chegam ao curso a cada ano. Esse comportamento se assemelha com a queda contínua, observada desde 2016, no número de alunos ativos, indicando que a **atração de novos ingressantes passou a ser um dos principais desafios** do curso após 2015 — desafio que se intensifica quando somado a outros fatores estruturais, como a evasão e as dificuldades de permanência.

O Gráfico 6^{Erro! Fonte de referência não encontrada.} apresenta a distribuição das diferentes formas de ingresso no curso ao longo dos anos, permitindo compreender com maior precisão a dinâmica dos ingressantes.

Gráfico 6 - Formas de ingresso no curso ao longo dos anos.



A barra azul petróleo representa a entrada via **vestibular até 2014** e, posteriormente, via **ENEM/SISU**, que historicamente constitui o principal meio de acesso ao curso. A barra laranja corresponde aos estudantes que ingressaram novamente para realizar, possivelmente, “**limpeza de currículo**”, prática que inflava artificialmente o número de ingressantes nos anos anteriores. Já a barra verde indica **outras formas de ingresso**, como transferência interna, entrada de graduados ou reopção de curso. Por fim, a barra cinza representa o **total de ingressantes**, resultante da soma de todas essas modalidades.

O Gráfico 6 corrobora as análises já apresentadas: até 2020, observa-se que o volume total de ingressantes (barra azul) se mantém elevado, influenciado tanto pela entrada regular quanto pela limpeza de currículo. Entretanto, após esse período, a entrada via ENEM/SISU (barra azul petróleo) passa a cair gradualmente, enquanto as demais formas de ingresso tornam-se menos representativas. Como consequência, o total de ingressantes passa a ficar consistentemente abaixo da capacidade ofertada, refletindo justamente o cenário discutido anteriormente: a redução no número de novos estudantes e a dificuldade crescente de atrair candidatos suficientes para preencher as vagas disponíveis.

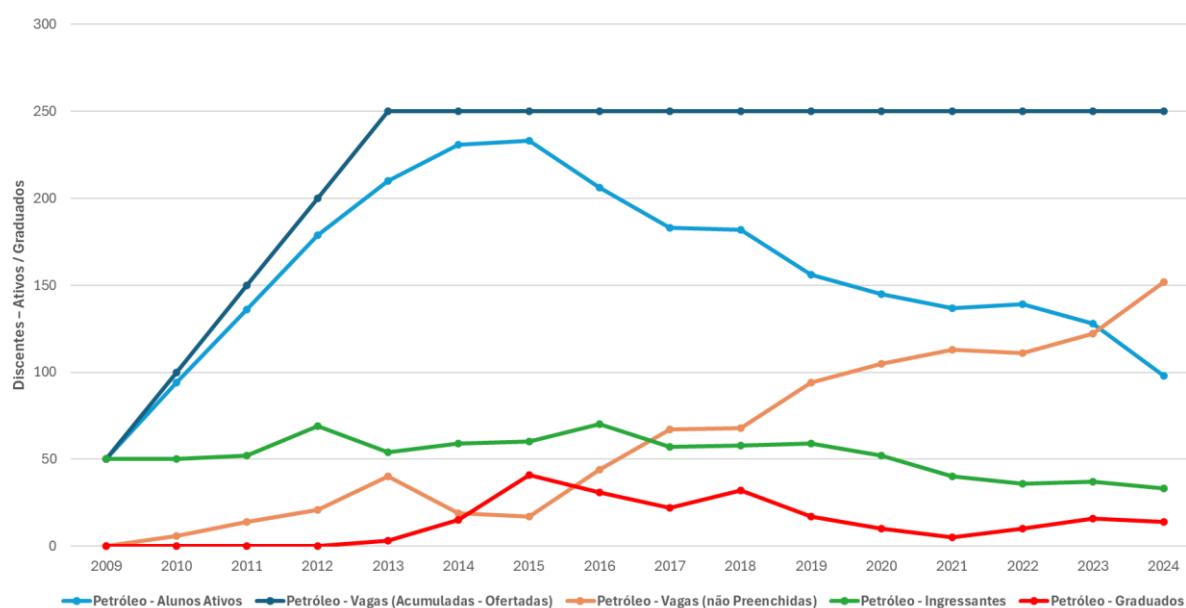
Esse comportamento reforça a tendência identificada nas figuras anteriores — a diminuição do número de alunos ativos ao longo do tempo — indicando que o desafio não está apenas na permanência, mas também na **atração de novos ingressantes**, especialmente após 2020, quando a demanda inicial passou a não acompanhar mais a oferta anual do curso.

Durante a análise dos dados fornecidos pela PRE, foram identificadas inconsistências significativas nos relatórios institucionais de evasão. Em vários períodos, estudantes registrados como **graduados** apareciam simultaneamente classificados como **evadidos**, comprometendo a confiabilidade dos indicadores e distorcendo a compreensão do fluxo acadêmico. Em razão dessa inconsistência, optou-se por não utilizar diretamente os dados de evasão disponibilizados pela PRE. Procedeu-se, então, a uma análise individualizada dos registros, separando adequadamente os concluintes das demais formas de desligamento — como evasão por abandono, cancelamento, mudança de curso, desligamento por solicitação do

aluno, entre outras situações. Essa revisão permitiu reconstituir de maneira mais precisa o comportamento real dos concluintes e das diferentes modalidades de desligamento ao longo do tempo.

O Gráfico 7 apresenta, além das curvas de alunos ativos, ingressantes, vagas acumuladas e vagas não preenchidas, a curva referente ao número de **graduados** (linha vermelha). A inclusão desse indicador é essencial para ampliar a compreensão do fluxo acadêmico, permitindo avaliar o quanto da demanda inicial efetivamente se converte em conclusão.

Gráfico 7- número de graduados (cor vermelha) ao longo dos anos na UAEPetro.



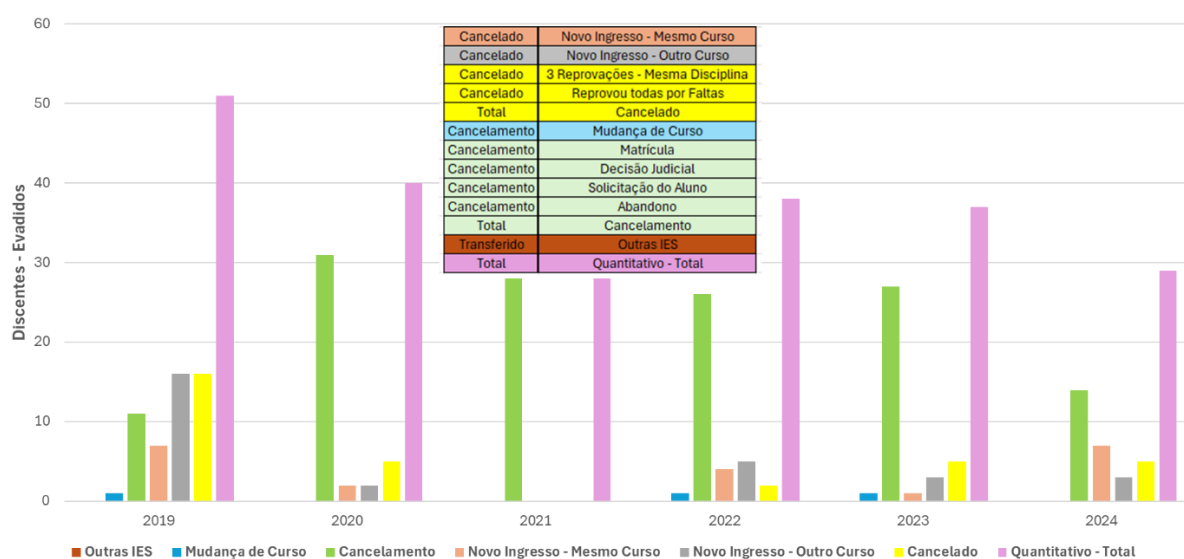
Observa-se que o número de graduados é substancialmente inferior ao total de ingressantes e de alunos ativos, evidenciando dificuldades de permanência que já vinham sendo apontadas nas análises anteriores. A distância entre essas curvas reforça a importância de distinguir corretamente conclusão e evasão — distinção que não estava adequadamente representada nos relatórios institucionais da PRE.

Por fim, destaca-se que **não foi possível calcular a taxa de sucesso** do curso. A página de Dados Abertos da PRE não disponibiliza qualquer fórmula, definição operacional ou equação referente a esse indicador, inviabilizando seu cálculo de maneira metodologicamente segura. Para evitar interpretações equivocadas, optou-

se por não estimar esse índice até que a instituição forneça critérios oficiais e padronizados para sua determinação.

O Gráfico 8 apresenta a distribuição das diferentes formas de desligamento dos estudantes ao longo últimos seis anos (para facilitar a visualização da informação), permitindo identificar alguns dos fatores que contribuem para a evasão do curso. Os dados foram organizados individualmente para que cada tipo de desligamento fosse corretamente distinguido, uma vez que os relatórios da PRE apresentavam inconsistências na classificação original.

Gráfico 8 - Diferentes formas de desligamento do curso.



As **barras verdes** representam os casos de desligamento por **cancelamento total**, categoria que reúne situações como cancelamento de matrícula, decisão judicial e solicitação formal do aluno. Essa é, em diversos anos, a modalidade mais numerosa, indicando um padrão recorrente de saída definitiva sem conclusão do curso.

As **barras amarelas** correspondem às quantidades de desligamentos resultantes de **3 reprovações na mesma disciplina** ou **reprovação em todas as disciplinas por faltas**, as quais dão indícios de que os discentes enfrentam dificuldades acadêmicas significativas. Já as **barras laranja claras** representam estudantes que realizaram **novo ingresso no mesmo curso**, procedimento que, embora não configure evasão real, aparece nos registros como forma de desligamento antes do reingresso.

A **barra marrom** refere-se aos estudantes que se **transferiram para outras instituições de ensino superior**, evidenciando que parte da evasão não ocorre no sentido de evasão do sistema da educação superior, mas sim de realocação acadêmica.

Por fim, a **barra rosa** representa o **total de desligamentos** de cada ano, agregando todas as categorias anteriores. A análise desse total evidencia períodos com maior concentração de saídas, frequentemente associados à redução do número de alunos ativos e ao aumento das vagas não preenchidas, conforme demonstrado nas figuras anteriores.

Essa caracterização detalhada das formas de desligamento reforça a importância de diferenciar corretamente cada motivo, uma vez que cada categoria possui implicações distintas sobre a compreensão do fluxo acadêmico e sobre o planejamento de políticas de permanência estudantil.

O Gráfico 9 apresenta o consolidado final da análise, incorporando também a curva de **vagas ociosas**, indicador disponibilizado pela PRE e calculado segundo fórmula própria da instituição.

Gráfico 9 - Vagas ociosas no curso de Engenharia de Petróleo ao longo dos anos.



Esse indicador considera, de forma combinada, o **fator de retenção**, o **tempo de duração do curso**, a **quantidade de vagas disponibilizadas** e a ocupação efetiva ao longo dos anos. Dessa forma, o valor de vagas ociosas não representa apenas vagas não preenchidas no processo de ingresso, mas também **vagas que se tornam ociosas devido à evasão**, isto é, posições que deveriam estar ocupadas de acordo com a capacidade total do curso, mas que deixam de ser preenchidas ao longo do tempo.

Ao incorporar esse indicador, observa-se que a **curva de vagas ociosas cresce de forma consistente** a partir de 2014, acompanhando a redução do número de alunos ativos e evidenciando o **acúmulo simultâneo de vagas inicialmente não preenchidas** e de **vagas** que se tornam ociosas **em decorrência de desligamentos**. O comportamento ascendente dessa curva reforça o descompasso entre a oferta anual do curso e sua ocupação real, confirmando a tendência já observada de queda na demanda e aumento da evasão.

Assim, o gráfico síntese permite visualizar, de maneira integrada, a relação entre capacidade ofertada, ocupação efetiva, evasão e ociosidade. A observação das vagas ociosas ao longo dos anos evidencia que o impacto da evasão vai além da simples redução de alunos ativos: ele afeta estruturalmente a utilização das vagas disponíveis, ampliando o número de posições que permanecem sem ocupação.

Ações da Comissão no âmbito institucional

Em busca de esclarecimentos acerca das inconsistências identificadas nos relatórios institucionais, a comissão encaminhou o **Processo SEI nº 23096.010183/2025-11** à Pró-Reitoria de Ensino (PRE/UFCG). Após o protocolo do processo, foi agendada uma reunião com a equipe da Pró-Reitoria e com o Coordenador do Controle Acadêmico, a fim de discutir, de maneira técnica e detalhada, os pontos que haviam sido levantados durante a análise dos dados.

Na ocasião, a comissão apresentou as incoerências observadas na página institucional, incluindo discrepâncias conceituais entre categorias como evasão e

conclusão, bem como a inconsistência nos cálculos referentes às vagas ociosas por curso. Foram exibidos exemplos extraídos diretamente dos relatórios, demonstrando que determinadas métricas não refletiam de forma fidedigna a realidade acadêmica dos cursos, podendo comprometer avaliações e decisões baseadas nesses indicadores.

A PRE reconheceu os pontos levantados pela comissão e informou que parte dos dados históricos pode ter sido perdida em gestões anteriores, devido às limitações de armazenamento e transição entre máquinas e sistemas. Além disso, destacou que o setor de Tecnologia da Informação atualmente opera com um número reduzido de servidores, o que restringe significativamente a capacidade de manutenção e revisão das bases de dados já existentes.

Foi ressaltado também que grande parte dos esforços do setor tem sido direcionada à implantação do SIGAA, processo que demanda alta carga de trabalho técnico e priorização institucional. Em razão disso, tornou-se inviável, no curto prazo, realizar ajustes ou reprocessamentos nos dados divulgados na página da PRE, especialmente aqueles que exigem reconstrução metodológica ou conferência retroativa de registros.

Ainda assim, a PRE reconheceu a relevância do tema para o planejamento universitário e manifestou disposição para discutir soluções futuras. Destacou, porém, que alterações substanciais dependem de reforço de pessoal e de processos de reestruturação interna, a serem avaliados em instâncias superiores da administração.

6 SUGESTÕES - COMISSÃO

Com base nas análises dos dados e discussões entre os membros da comissão, é apresentado a seguir um conjunto de propostas voltadas ao monitoramento da evasão, ao fortalecimento da permanência estudantil e à ampliação da divulgação institucional da UFCG, especialmente no âmbito do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT). As recomendações buscam subsidiar ações estratégicas de gestão acadêmica, apoio ao estudante e aproximação da universidade com a comunidade externa. Algumas das propostas são:

- Instituir, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino da UFCG, uma comissão permanente responsável pelo acompanhamento periódico dos indicadores de evasão, ocupação de vagas, retenção e demais fluxos acadêmicos, visando ao monitoramento contínuo e à tomada de decisões baseadas em dados.
- Desenvolver e implementar um painel institucional de indicadores acadêmicos, por meio de ferramentas como Power BI ou tecnologias equivalentes, para divulgação atualizada e transparente dos dados de evasão, matrículas, vagas ocupadas e desempenho acadêmico da UFCG.
 - Com relação à Feira das Profissões
 - Retomar e fortalecer a Feira das Profissões no campus de Campina Grande, em articulação com as secretarias municipais e estaduais de educação, promovendo o deslocamento de estudantes da rede pública para conhecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFCG.
 - Integrar a apresentação dos resultados de projetos aos eventos da Feira das Profissões; por exemplo; por meio de exposições em formato de banners, aproximando a comunidade externa das atividades acadêmicas da instituição.
 - Criar a Feira das Profissões itinerante do CCT, inicialmente contemplando de 8 a 10 municípios da região adjacente a Campina Grande, com ações de divulgação dos cursos, projetos de pesquisa e oportunidades acadêmicas oferecidas pelo centro.
- Realizar estudos institucionais para avaliar a viabilidade de oferta de cursos em turnos alternativos (matutino ou vespertino), considerando o contexto pós-pandemia e a necessidade de muitos estudantes conciliarem atividades acadêmicas com trabalho remunerado, de modo a ampliar as condições de permanência estudantil.
- Promover análises sistemáticas das disciplinas com maiores índices de retenção, avaliando a possibilidade de oferta em períodos subsequentes (ou períodos intervalares), com o objetivo de reduzir atrasos na progressão acadêmica e mitigar fatores associados à evasão.

- Implementar programas de acompanhamento acadêmico para estudantes ingressantes, especialmente nos primeiros períodos dos cursos, com ações de tutoria, monitorias reforçadas em disciplinas básicas e orientação pedagógica, visando à redução dos índices iniciais de evasão e retenção.
- Instituir pesquisas periódicas junto aos estudantes que realizam trancamento de matrícula ou desligamento dos cursos, com o objetivo de identificar causas recorrentes da evasão e subsidiar políticas de permanência mais eficazes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresentou a análise realizada pela comissão sobre a evasão acadêmica no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com base em dados públicos institucionais. O trabalho teve como objetivo compreender os principais indicadores de evasão, retenção, ocupação de vagas e ingresso discente, buscando identificar situações críticas e propor ações que possam ser desenvolvidas no CCT e na UFCG como um todo.

Os resultados evidenciaram elevados índices de vagas não ocupadas, redução do número de ingressantes e baixa adesão ao SiSU em comparação com anos anteriores, indicando fragilização do vínculo acadêmico e impactos na eficiência da oferta educacional.

Diante desse cenário, a comissão reforça a necessidade de ações institucionais contínuas voltadas ao monitoramento dos indicadores, ao fortalecimento da permanência estudantil e à ampliação das estratégias de atração de novos estudantes. Espera-se que as análises e sugestões apresentadas contribuam para o enfrentamento da evasão e para o aumento das matrículas efetivadas na UFCG.

Referências

CUNHA, L. A. C. R. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, nº 28, p. 17-36, 2006.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre: Unesco, p. 31-42, 2002.

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 43-106.

ROQUETE DE MACEDO, A. R.; TREVISAN, L. M. V.; TREVISAN, P.; MACEDO, C. S. Educação Superior no século XXI e a reforma Universitária Brasileira. *Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 13, nº 47, p. 127-148, 2005.

SAVIANI, D. A questão da reforma universitária. *Educação & Linguagem*, ano 7, nº 10, p. 42-67, 2004.

SAVIANI, D. O futuro da universidade entre o possível e o desejável. *Fórum Sabedoria Universitária*. Unicamp, Campinas, 2009.

SAVIANI, D.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIM, V. T.; ALMEIDA, J. S. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, D. G.; MIRANDA, J. C.; SOUZA, F. S. Breve Histórico acerca da Criação das Universidades do Brasil. *Revista Educação Pública*, 2019